

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br

comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 2.715/2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.137, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo faz saber que o Poder Legislativo do Município de Domingos Martins-ES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** O artigo 38 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 38 Haverá substituição temporária do servidor do magistério nas hipóteses de afastamentos do titular do cargo nos seguintes casos:
 - I. Licença maternidade.
 - II. Licença médica superior a 30 dias.
 - III. Afastamento para frequentar curso, devidamente autorizado pela SECEDU, com prazo superior a 30 dias.
 - IV. Licença para acompanhamento de pessoa da família, superior a 30 (trinta) dias.
 - V. Licença prêmio.
 - § 1º A substituição temporária somente será autorizada quando não for possível a extensão da carga horária.
 - § 2º O servidor do magistério, em licença para trato de interesses particulares, não poderá participar do processo de substituição."
 - **Art. 2º** Fica revogado o § 3º do artigo 38 da Lei Municipal nº 2.137/2008.
- **Art. 3º** O artigo 51 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

"Art. 51 O concurso de remoção será realizado anualmente, nos meses de novembro ou dezembro, e será efetivado no início do ano letivo seguinte.

Parágrafo único. O concurso de remoção precederá sempre a convocação de candidatos aprovados em concurso público."

Art. 4º O caput do artigo 53 e seus incisos da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 Os candidatos ao concurso de remoção serão classificados de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- I. Tempo de serviço no cargo específico no magistério público municipal;
- II. Títulos;
- III. Menor número de faltas injustificadas;
- IV. Idade;

Art. 5º O artigo 54 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54 Não poderá se inscrever no concurso de remoção o servidor do magistério, licenciado para trato de interesse particular, a menos que tenha retornado às suas atividades profissionais, 90 (noventa) dias anteriores ao início do processo de inscrição."

Art. 6º O § 1º do artigo 59 da Lei Municipal Nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59 [...]

§ 1º Quando a cessão for para órgão ou entidade da Administração Pública, será com ônus para o órgão ou entidade cessionária."



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

Art. 7º Ficam acrescidos os §§ 6º e 7º ao artigo 59 da Lei Municipal nº 2.137/2008, com a seguinte redação:

"Art. 59 [...]

§ 6° Será considerado vago o posto de trabalho do servidor do magistério cedido por período superior a 4 (quatro) anos para:

I. Órgão ou entidade da administração federal, estadual e para outros municípios;

II. Entidades privadas, sem fins lucrativos, voltadas à educação especial, com as quais o Município mantenha Convênio;

III. Exercício em Secretaria Municipal, salvo no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Esporte do Município de Domingos Martins.

§ 7º No caso previsto no parágrafo anterior, o servidor do magistério será localizado, por ocasião do seu retorno, onde houver vaga, devendo, obrigatoriamente, participar do Concurso de Remoção imediatamente posterior ao seu retorno.

Art. 8º O § 5º do artigo 147 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a sequinte redação:

"Art. 147 [...]

§ 1° [...]

§ 2° [...]

§ 3° [...]

§ 4° [...]

§ 5° O servidor só poderá obter nova licença decorrido, no mínimo, 01 (um) ano no efetivo exercício do cargo, contado a partir do término da licença anterior."



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br

comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

Art. 9º O artigo 180 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180 O cargo de Diretor da unidade escolar será atribuído a servidor público do magistério efetivo do Município ou do Estado à disposição do Município em razão de Convênio de Municipalização do Ensino, escolhido por consulta pública, com a participação da comunidade escolar, na forma disciplinada por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. Para fins da consulta pública, considera-se comunidade escolar os servidores públicos do magistério, os servidores administrativos, o conselho escola, os pais ou representantes legais e os alunos da unidade escolar com idade superior a 14 (quatorze) anos."

Art. 10 O artigo 181 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 181 O servidor público do magistério, interessado ao cargo de diretor da unidade escolar, deverá ser um profissional de educação com formação de nível superior e experiência docente de, no mínimo, 3 (três) anos.

§ 1º Não poderá apresentar-se ao cargo de diretor da unidade escolar o servidor público do magistério que tiver sido punido com pena de advertência ou suspensão nos últimos 2 (dois) anos; que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar; que tenha sido condenado a pena privativa de liberdade; que não tenha alcançado média na avaliação de desempenho de diretor escolar; ou que tenha sido exonerado do cargo de diretor escolar por manifestação da comunidade escolar.

§ 2º Inexistindo servidor público efetivo do magistério interessado no cargo de diretor escolar, poderá apresentar-se qualquer profissional do magistério que preencha os requisitos fixados neste artigo.

§ 3º Não havendo interessado que preencha as condições fixadas neste artigo ou se na consulta pública não houver aprovação de nenhum interessado, o Prefeito Municipal poderá nomear diretor pró-tempore.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br

comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte convocará nova consulta pública, que será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 5° O servidor escolhido para o cargo de diretor de unidade escolar, após consulta pública, deverá submeter-se a um curso de capacitação promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, com freqüência integral."

Art. 11 O artigo 182 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 182 O período de atuação do Diretor de unidade escolar será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o período consecutivo.

Parágrafo único. O diretor que já tenha cumprido dois períodos consecutivos, somente poderá se candidatar para outro período de gestão caso não haja interessado ao cargo ou se o interessado não obtiver o quorum mínimo para a sua aprovação na consulta pública."

Art. 12 O artigo 183 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183 A consulta pública somente terá validade se houver a participação de, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) mais um dos membros da comunidade escolar.

- § 1º Será designado diretor da unidade escolar o interessado que, na consulta pública, obtiver aprovação de 50% (cinqüenta por cento) mais um do total de presentes.
- § 2º Na ocorrência de mais de um interessado ao cargo de diretor, será designado diretor o interessado que obtiver a maioria simples das manifestações dos membros da comunidade escolar presentes na consulta pública."



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

Art. 13 O § 1° do artigo 184 da Lei Municipal n° 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 184 [...]

§ 1° O referendo será realizado sempre que houver solicitação, por abaixo assinado, de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da comunidade escolar que participaram da consulta pública para diretor da unidade escolar."

Art. 14 O artigo 185 da Lei Municipal nº 2.137/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 185 A Secretaria Municipal de Educação e Esporte poderá alocar, a critério do gestor, titular da pasta, e disponibilidade orçamentária e financeira municipal, um coordenador de turno para cada grupo de, no mínimo, 150 (cento e cinqüenta) alunos, por turno ou unidade escolar, condicionada à avaliação das especificidades da escola.

§ 1º A coordenação de turno será exercida por professor que conte, no mínimo, com 3 (três) anos de experiência em função de magistério, observando-se a seguinte ordem de prioridade:

- I. Professor efetivo do Município ou do Estado colocado à disposição do Município em razão de convênio de municipalização do ensino.
- II. Professor cedido de outro município, estado ou união em exercício no município de Domingos Martins.
- III. Professor contratado pelo Município, mediante processo seletivo.
- § 2º O coordenador de turno será designado por ato do Secretário Municipal de Educação e Esporte, em consonância com o diretor escolar.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Rua Bernardino Monteiro,22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

§ 3º Na ausência ou impedimento temporário do coordenador de turno, a função será exercida por quem for designado pelo diretor da unidade escolar, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte."

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Domingos Martins, ES, 8 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA

Prefeito